


## EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO: UMA ANÁLISE DO CURRÍCULO DE FORMAÇÃO DE CURSOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DE PERNAMBUCO

 <https://doi.org/10.56238/arev6n4-254>

Data de submissão: 17/11/2024

Data de publicação 17/12/2024

**Cícero Alves Feitosa**

Graduado em Educação Física pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF/CEFIS).

Brasil, Alagoas e Pariconha.

E-mail: [ciceroalves1250@gmail.com](mailto:ciceroalves1250@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1813-4718>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/6870949879481929>

**Roberta de Sousa Melo**

Professora Associada da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF/CEFIS)

Brasil, Pernambuco e Petrolina

E-mail: [roberta.smelo@univasf.edu.br](mailto:roberta.smelo@univasf.edu.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1936-0818>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7800220512550713>

**Ezer Wellington Gomes Lima**

Professor Adjunto da Universidade Federal de Rondonópolis e do Programa de Pós-graduação em Educação (UFR/PPGEDU).

Brasil, Mato Grosso e Rondonópolis.

E-mail: [ezer.lima@ufr.edu.br](mailto:ezer.lima@ufr.edu.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9345-3081>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8210219247745921>

### RESUMO

Trata-se de uma investigação dedicada a analisar a presença das temáticas da Educação Especial e Inclusão no currículo de formação de cursos de licenciatura em Educação Física de universidades públicas de Pernambuco. Para tanto, partimos do entendimento de que tensões e debates em torno da questão da diferença constituíram-se como conteúdo basilar da própria Educação Física enquanto campo de conhecimento. Nesse contexto, a análise das diretrizes curriculares dos cursos de licenciatura nos permitiu trazer questões acerca das respostas da área aos preceitos da Política Nacional de Educação em vigor, sobretudo quanto a processos educacionais inclusivos. Foi realizada uma pesquisa descritiva e exploratória, de caráter documental, com análise dos projetos pedagógicos de 4 universidades. A análise dos dados resultou no reconhecimento de indicadores relativos aos seguintes aspectos principais: Formação dos(as) professor(es) na perspectiva da educação inclusiva; Perfil das disciplinas, considerando elementos como A carga horária dedicada ao tema da inclusão; Formas de adequação entre teoria e prática, dentre outros. A interpretação desses dados parece-nos sinalizar não apenas rupturas e/ou transformações da área em relação aos seus próprios fundamentos, mas também os efeitos de tais processos no cotidiano dos(as) professores(as). Com isso, evidencia-se a necessidade de reafirmação do compromisso institucional com a temática, para além de suas inserções pontuais nos currículos. Além disso, sugerimos que sua própria estrutura curricular seja tomada como tema de

reflexão para a reestruturação e atualização dos projetos pedagógicos da Educação Física, como forma de se repensar suas bases epistemológicas e pedagógicas.

**Palavras-chave:** Currículo. Educação Física. Educação Especial. Inclusão.

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação Física, no âmbito escolar, tem passado por ações transformadoras em conformidade com os princípios éticos da sociedade e os projetos político- pedagógicos das instituições de ensino. Diversas mudanças ocorreram no conceito dessa disciplina ao longo do tempo. Em seu início, a Educação Física, compreendia os exercícios ginásticos, reconhecendo tais práticas, sobretudo, enquanto recurso de materialização de bases eugenistas e higienistas legitimadas pela ciência da época. No caso brasileiro, buscou-se servir a um ideal de nação que esteve sobretudo fundamentada na compreensão da miscigenação racial enquanto um entrave determinante para o desenvolvimento nacional. Diante disso, enquanto campo de conhecimento em constituição, a Educação Física passou a ser identificada como estratégia para a resolução de tal “obstáculo”, assumindo a função de estimular a reprodução de corpos tidos como adequados ao projeto de sociedade que associava saúde à raça, e tomando como terreno principal de investimento e disciplinamento o corpo das mulheres brancas (GOELLNER, 2008), responsáveis pela geração de indivíduos física e moralmente fortes. Logo, suas diretrizes originárias deixam entrever um processo de hierarquização das diferenças, bem como sua contribuição para a legitimação de relações assimétricas de poder.

A partir do século XX, passou a ser valorizada como importante aliada na inserção das pessoas com deficiência no ensino regular. (MINAS GERAIS, 2014).

No Brasil, o acesso das pessoas com deficiência à educação é garantido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988). As Diretrizes da Educação Nacional e Básica – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), reforçam esse direito ao definirem a educação como um direito universal. Além disso, determinam que as pessoas com deficiência devem receber apoio educacional, garantindo o atendimento especializado para o público-alvo da educação especial

Esse é o princípio da inclusão, que visa uma sociedade mais digna e que busca viabilizar esse processo que, atualmente, ganhou força na sociedade, sendo fundamentado por diversas leis e documentos, tanto nacionais quanto internacionais. O artigo 3º da Declaração de Jomtien (UNICEF, 1990), por exemplo, diz que são necessárias medidas para possibilitar a igualdade de acesso à educação para todos os estudantes, incluindo os que apresentam necessidades educacionais específicas, dentre os quais se destacam aqueles com deficiência, designados pelas políticas atuais como público-alvo da Educação Especial (BRASIL, 2008, 2011).

De acordo com a atual Política Nacional de Educação vigente em nosso país, os processos educacionais inclusivos são entendidos como “uma ação política, cultural, social e pedagógica desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando

sem nenhum tipo de discriminação”. Fundamentada nos direitos humanos, busca conjugar igualdade e diferença como valores indissociáveis e constitutivos de nossa sociedade e, nesse sentido, compreende que as ações educacionais devam superar a lógica da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p. 1).

Omote (2003) afirma que a inclusão é, sobretudo:

[...] um princípio ideológico da igualdade de direitos e do acesso a oportunidades para todos os cidadãos, independentemente das posses, da opção religiosa, política ou ideológica, dos atributos anatomofisiológicos ou somatopsicológicos, dos comportamentos, das condições psicossociais, socioeconômicas ou etnoculturais e da filiação grupal (OMOTE, 2003, p. 154)

A fim de contribuir com o campo da educação inclusiva, o referido estudo discute a formação inicial de professores de Educação Física nessa perspectiva. Para tanto, foi feito um levantamento de dados, por meio de consulta online, dos PPCs<sup>1</sup> e das grades curriculares dos cursos de licenciatura em Educação Física de quatro Universidades públicas do Estado de Pernambuco e das ementas de suas disciplinas que abordam conteúdos sobre a educação inclusiva. As instituições investigadas foram: Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE; Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF; Universidade de Pernambuco – UPE.

Os dados coletados foram tabulados para mapear a recorrência das disciplinas que tratam da temática inclusão na formação dos licenciados. Norteou a análise a problemática refletida na seguinte pergunta: como as abordagens relativas à inclusão são inseridas nos cursos de formação de professores de Educação Física, especialmente no que tange à questão curricular.

Desse modo, de acordo com Piovesan et. al. (2019) Rondini (2019); Baptista; Santos (2019); Felicetti e Batista (2020), a educação especial na perspectiva da inclusão, abordada nos cursos de graduação são insuficientes para a efetivação do processo, o que vem resultando prejuízos sociais e acadêmicos a todos os envolvidos. Sobre a importância da formação inicial e continuada para o processo de inclusão escolar, Rocha et al (2022), faz um mapeamento sobre publicações que discutem a formação docente para educação inclusiva, que resultou na necessidade de ampliar a discussão sobre a temática, além de evidenciar a importância de cursos de formação de professores, expandirem as discussões a fim de que, tanto os professores, quanto os estudantes, participem de forma efetiva da escola.

---

<sup>1</sup> O PPC, Projeto Pedagógico de Curso, é o instrumento de concepção de ensino e aprendizagem de um curso e apresenta características de um projeto, no qual devem ser definidos os seguintes componentes: 1. Concepção do Curso. 2. Estrutura do Curso: Currículo, corpo docente, corpo técnico administrativo e infraestrutura. 3. Procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem e do curso. 4. Instrumentos normativos de apoio (composição do colegiado, procedimentos de estágio, TCC etc.).

Sendo assim, confirma-se a relevância acadêmica desta pesquisa, primeiramente por fomentar reflexões sobre a diminuição do distanciamento dos discentes para com a temática inclusão durante a formação acadêmica. Também possui relevância profissional, por favorecer o entendimento da necessidade de o discente em formação sentir-se capacitado para realizar a profissão do ponto de vista da inclusão. Finalmente, possui relevância pessoal, pois propicia conhecimento de experiências com práticas afetivas, com estratégias e conteúdos estimulantes e criativos, capazes de serem adaptados aos diferentes níveis de aprendizagem.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Com o intuito de contribuir com a discussão da temática sobre a formação docente e o ensino inclusivo, com foco nos cursos de Licenciatura em Educação Física, foi realizada uma pesquisa descritiva e exploratória, de caráter documental, com análise dos PPCs de 04 (quatro) universidades federais de Pernambuco que oferecem o curso.

Os PPCs foram lidos na íntegra e minuciosamente apreciados, como forma de sistematizar a análise, foi construído um roteiro com cinco blocos de análise, a saber: (1) descrição geral do curso; (2) disciplinas ofertadas; (3) disciplinas com e sem relação direta com o tema; (4) habilidades profissionais; e (5) competências profissionais.

Os dados foram considerados, a priori, quantitativamente, uma vez que foi realizada a quantificação da realidade de disciplinas que atendem às recomendações do Ministério da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Para maior precisão nos resultados e menor distorção da interpretação foram utilizadas técnicas estatísticas para analisar os dados observados. Posteriormente, as informações receberam tratamento, buscando-se compreender suas particularidades (GIL, 2010).

### **2.1 ESTUDO DOCUMENTAL**

Para dar sustentação à análise, inicialmente foi realizada uma avaliação de dois importantes documentos que norteiam os PPCs dos cursos de graduação em Educação Física: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior no curso de licenciatura de graduação plena (BRASIL, 2001b) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física (BRASIL, 2004). Esses documentos fornecem diretrizes para a condução dos cursos de graduação e graduação em Educação Física, definindo assim os princípios, as condições e os procedimentos para a formação dos professores.

De forma específica, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física destacam os conhecimentos e habilidades que o discente do curso deve ter contemplado em sua formação. Tais habilidades e competências são concebidas em torno de eixos estruturantes, que devem ser contemplados nos currículos dos cursos de graduação em Educação Física, na forma de conhecimentos que se objetiva transmitir, de habilidades que se deseja desenvolver e das competências das quais se deve dotar o profissional.

Também foram analisados estudos referentes às áreas do conhecimento em Educação Física, Educação Física Inclusiva e Esporte, publicados em meio eletrônico. A seleção desses trabalhos foi conduzida por meio do cruzamento dos descritores “Formação Inicial/ Professores/ Educação Física/ Educação Inclusiva”. Todos os estudos capturados estão dispostos no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – CAPES<sup>2</sup>. Essa plataforma contém um acervo digital de estudos de diversas áreas do conhecimento, de vários anos, com acesso gratuito e privado. Contudo, nesta pesquisa utilizaram-se apenas os artigos disponibilizados, na íntegra e gratuitamente, entre os anos de 2010 e 2020.

Uma vez localizados os estudos de interesse, partiu-se para a seleção daqueles que realmente tinham relação com esta pesquisa, processo que foi feito por meio de uma avaliação crítica de cada um, conforme as etapas descritas a seguir:

- *Etapa 01* – Construção de tabela de dados com o nome do autor, o objetivo do estudo, o instrumento de coleta de dados, os resultados da percepção dos professores em relação à temática; dificuldades para incluir alunos com deficiências em aulas de Educação Física, titulação (Formação em Educação Física, Especialização, Mestrado e Doutorado).
- *Etapa 02* - Avaliação crítica de estudos considerando três critérios: forma de abordagem de estudos mediante a relevância do tema; método assumido, avaliando se os estudos descreviam a amostra, a localização da pesquisa, o instrumento de aquisição e coleta de dados e análise de dados; critérios para inclusão/exclusão de estudos após formação profissional, dificuldades e inclusão.

Selecionados os estudos, um total de 14, realizou-se a análise dos dados de cada um por meio da estatística descritiva, através do cálculo das porcentagens e mapeamento dos fragmentos temáticos, resultantes da análise de conteúdo referente à contribuição da formação inicial para a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física. Após a avaliação crítica, verificou-se que, dos 14 estudos pré-selecionados, apenas 08 se enquadravam nos requisitos da segunda etapa (Quadro 1).

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br>

QUADRO 1 - RELAÇÃO DOS ESTUDOS SELECIONADOS DE ACORDO COM A AVALIAÇÃO CRÍTICA

AUTOR(ES)	TÍTULO	OBJETIVO
<b>GIROTO; POKER; OMOTE (2012)</b>	As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas.	O presente livro nos brinda com um conjunto de tecnologias de informação e comunicação que, agregadas ao repertório do professor, possivelmente aumentará o seu potencial de ensino para com aqueles alunos que dependem desse meio para ter acesso ao seu aprendizado.
<b>COSMO (2014)</b>	A formação do professor de Educação Física na perspectiva da Inclusão: Um estudo em anais do CONBRACE/CONICE.	Investigar e analisar, nos Anais do Conbrace / Conice, a produção e discussão do conhecimento sobre a formação de professores na perspectiva da inclusão.
<b>FONSECA; SILVA (2010).</b>	Pesquisando a temática inclusão na formação inicial de professores de Educação Física.	Investigar se existem disciplinas que abordam a temática Inclusão ou diversidade nos cursos de Licenciatura em Educação Física.
<b>ALVES; DUARTE (2014)</b>	A percepção dos alunos com deficiência sobre a sua inclusão nas aulas de Educação Física escolar: um estudo de caso.	Investigar a inclusão a partir da perspectiva do aluno com deficiência dentro do contexto das aulas de Educação Física escolar.
<b>COSTA (2010)</b>	Inclusão escolar na educação física: reflexões acerca da formação docente.	Compreender como vem se dando o processo de Inclusão na Educação Física Escolar dos estudantes deficientes visuais incluídos (as) na Educação Básica.
<b>CRUZ <i>et al.</i> (2011)</b>	Formação continuada de professores inseridos em contextos educacionais inclusivos.	Compreender como professoras lidam com a proposta de inclusão escolar de alunos que apresentam necessidades especiais no contexto da Educação Física; B) analisar o processo de implementação de um programa de formação continuada junto a essas professoras.
<b>FIORINI; MANZINI (2014)</b>	Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificando dificuldades, ações e conteúdo.	Identificar as dificuldades encontradas por professores de Educação Física para atender a demanda da inclusão educacional de alunos com deficiência.
<b>DUEK (2013)</b>	Trajetória profissional de uma professora de Educação Física na escola inclusiva.	Analisar o potencial dos casos de ensino para a caracterização da trajetória profissional de uma professora de Educação Física, descrevendo possíveis contribuições para os processos de formação docente na perspectiva inclusiva.

Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com os resultados descritos no quadro 1, percebe-se um aumento das produções acadêmicas voltadas para a formação inicial dos professores de Educação Física com foco na inclusão de pessoas com deficiência nos últimos anos. Esse aumento pode estar relacionado à preocupação em reconhecer o impacto da formação inicial de professores na sua prática pedagógica em um contexto



educacional inclusivo, haja vista que, durante a graduação, o contato com a inclusão não foi suficiente para atuarem no ambiente profissional.

Os estudos avaliados nesta pesquisa, em sua maioria, foram publicados na Revista Brasileira de Educação Especial, o que se justifica pelo fato de se tratar de um periódico com grande representatividade na área de Educação Física adaptada, além de serem escassas revistas científicas que permeiam essa área.

Cosmo (2012), Fonseca e Silva (2010), Costa (2010), Duek (2013), tratam da formação de professores, da produção do conhecimento e da atuação profissional e das tendências conservadoras na formação e atuação profissional de professores de Educação Física.

Ao longo das discussões por eles travadas, mencionaram terem obtido algum conhecimento sobre a Educação Física adaptada ainda na graduação. Entretanto, durante a atuação profissional, sentiram-se despreparados para atuarem no contexto educacional inclusivo. Relataram que, embora tenham cursado uma disciplina voltada para o ensino da Educação Física inclusiva, sua formação não foi suficiente para a sua prática docente (CRUZ *et al.*, 2011; RAMOS *et al.*, 2015).

Fiorini; Manzini (2014), por sua vez, relatam que, se por um lado a falta de conhecimento os fragiliza e traz certas indignações, por outro é utilizada como “escudo de defesa” para evitar maiores comprometimentos com situações de inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular. Dessa forma, observa-se que o caminho a ser percorrido para alcançar a inclusão ainda é árduo, pois um dos principais elementos que favorecem a inclusão encontra-se debilitado: a formação inicial dos professores.

Portanto, a análise crítica dos estudos utilizados como aporte para esta pesquisa revela que a maioria dos autores discutem sobre a formação inicial de professores de Educação Física na perspectiva inclusiva. Além disso, enfatizam que no decorrer da trajetória acadêmica na graduação são escassas as temáticas voltadas à essa temática. Admitem ainda que uma pequena parcela de disciplinas é oferecida no curso, não abrangendo o conteúdo de forma geral. Esse distanciamento com o conteúdo inclusivo, com a escola para todas as pessoas e, sobretudo, o desconhecimento acerca de práticas pedagógicas inclusivas, dificultam o dia a dia desses professores na escola.

## 2.2 INSTRUMENTOS

Para a realização da coleta de dados do currículo de formação docente dos cursos de Licenciatura em Educação Física das universidades públicas de Pernambuco, com vistas à atuação profissional em contextos inclusivos, foi utilizada como ferramenta de investigação a análise



documental. Foram analisados os Projetos Político Pedagógicos (PPP) e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), bem como as ementas das disciplinas.

De acordo com Gil (2010, pág. 45), a pesquisa documental é bastante semelhante à pesquisa bibliográfica, no entanto, o que os torna diferentes está relacionado à natureza das fontes. Na pesquisa documental são utilizados materiais que não tiveram um tratamento analítico, enquanto na pesquisa bibliográfica busca-se embasamento a partir de vários autores que abordem sobre um determinado tema.

Neste estudo, a análise documental se deu com base no Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) das instituições públicas do estado de Pernambuco e nas ementas das disciplinas dos diferentes cursos de Educação Física dessas universidades. Dessa forma possível abranger a maneira pela qual as universidades pernambucanas estão colaborando para a formação dos discentes acerca do trabalho inclusivo na escola, viabilizando o acesso à educação inclusiva.

No quadro 2, a seguir, são listados o ano de criação e formulação curricular, carga horária total, perfil e metas do graduado de Educação Física no estado de Pernambuco. Foram identificados 04 (quatro) cursos de licenciatura em Educação Física em 04 (quatro) diferentes universidades.

QUADRO 2 - LISTA DO ANO DE CRIAÇÃO E FORMULAÇÃO CURRICULAR, CARGA HORÁRIA (CH) E DISPONIBILIDADE DE PPC.<sup>3</sup>

UNIVERSIDADE	CRIAÇÃO DO CURSO	ANO DO PPC	MEIO DE ACESSO AO PPC DO CURSO	CH TOTAL DO CURSO
UFPE	2011	2014	Disponível em meio eletrônico	2.73
UFRPE	1967	2010		3.015
UNIVASF	2010	2017		2.715
UPE	1946	2011		2.934

Fonte: Elaborado pelos autores

## 2.3 TÉCNICA DE ANÁLISE

Antes de dar início a análise e discussão dos PPCs das universidades investigadas, é importante explicar que a seleção dessas instituições ocorreu através de uma pesquisa realizada no site do Ministério da Educação - MEC. Buscou-se as principais universidades públicas do estado Pernambuco e quais delas ofereciam o curso de licenciatura em Educação Física. A partir da seleção das quatro

<sup>3</sup> Links para o acesso dos PPCs:

<https://nti.ufpe.br/documents/39243/545912/PPC+Licenciatura+em+Educa%C3%A7%C3%A3o+F%C3%ADsica.pdf/c6450685-c92b-4f45-bed0-06dbda1b80a7>.

<http://preg.ufrpe.br/sites/ww4.depaacademicos.ufrpe.br/files/PPC%20Licenciatura%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%ADsica%20SEDE%202010.pdf>.

<http://www.upe.br/graduacao/cursos-presenciais.html?view=article&id=424:licenciatura-em-educacao-fisica&catid=113:project-2>.

instituições, foram organizadas as etapas a serem cumpridas. Inicialmente realizou-se um aprofundamento teórico, almejando, assim, compreender as produções acerca da temática inclusão, elencando-se conceitos sobre o tema.

Partindo da premissa da abordagem qualitativa, para o tratamento dos dados serviram como aporte teórico Bardin (1998) e Minayo (1998), que propõem um roteiro com etapas para a análise de conteúdo com intenções e ações didáticas, quais sejam: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos dados e interpretação (SOUZA JÚNIOR et.al, 2010, p.34-35).

Em função dos objetivos deste trabalho, utilizou-se também como procedimento importante para tratamentos dos dados a elaboração dos indicadores. Ressalta-se que o objeto de estudo da pesquisa precisa ser destacado como elemento central desses indicadores. Seguindo, portanto, o modelo produzido pelos autores Souza Junior et. al (2010, p.35), chegou-se ao seguinte resultado.

QUADRO 3 - INDICADORES PARA ANÁLISE DE CONTEÚDO.

INDICADORES
<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Elemento Central:</b> Formação de professores diante da educação inclusiva na base curricular;</li> <li>- <b>Operacionalização:</b> Elementos que se apresenta na organização dos currículos nas Universidades. <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Categorias Analíticas:</b> Formação de professores, currículo.</li> <li>- <b>Categorias Empíricas:</b> Formação, Organização, Inclusão.</li> </ul> </li> <li>- <b>Pontos de orientação para investigação, oriundos do objeto de pesquisa:</b> Questões Gerais.</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Souza Junior et. al (2010, p.35).

A partir das categorias abordadas no quadro 3, delimitou-se as Unidades de Contexto e Unidades de Registro que serviram para orientar o amadurecimento do objeto e problema do estudo, através de informações adquiridas nos PPCs e ementas das disciplinas analisados.

Segundo (BARDIN, 1988, p. 107), Unidade de Contexto tem como função contribuir para a compreensão de sentidos das Unidades de Registro, que, agrupadas, atribuem um sentido aos elementos de maneira resumida, através de palavras chaves. Assim, foi possível organizar e sistematizar as informações relacionadas aos objetivos desta investigação, relacionados à formação docente em Educação Física em nível de graduação, com vistas à atuação profissional em contextos inclusivos.

QUADRO 4 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES DE CONTEXTO E DE REGISTRO.

UNIDADES DE CONTEXTO (U.C)	UNIDADES DE REGISTRO (U.R)
Formação	- Demandas dos Estudantes.
	- Educação física na Perspectiva Inclusiva.
	- Capacitação e Especialização Docente para futura atuação.
	- Relação teórico prática.
Currículo	- Carga horária das disciplinas.
	- Disciplinas específicas voltadas para inclusão durante a graduação.
Relevância	- Suporte Educacional e condições de trabalho.
	- Análise e atualização constantes e adequadas do PPC.
	- Planejamento.

Fonte: Adaptada de Souza Junior et. al (2010, p.38).

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para esta etapa ficaram reservadas as informações obtidas durante a coleta de dados por meio das categorias listadas pelas Unidades de Contexto e Unidades de Registro, uma forma elaborada do que foi analisado. As informações foram agrupadas de acordo com os elementos presentes nos documentos de cada instituição, possibilitando uma análise mais detalhada sobre as categorias propostas na metodologia (Formação, Currículo e Relevância).

Para a verificação do objetivo das disciplinas relacionadas à inclusão nos cursos observados, buscou-se verificar, inicialmente, as ementas, conteúdos, nomes das disciplinas na matriz curricular das quatro instituições analisadas.

Notou-se que todas as instituições pesquisadas refletem uma preocupação em trabalhar os aspectos pedagógicos voltados para a inclusão, o que contribui para uma discussão mais forte sobre a necessidade de se desenvolver diretrizes curriculares para o ensino de pessoas com deficiência. Entretanto, todas as instituições possuem uma grande escassez com relação às disciplinas voltadas para inclusão, como exposto no quadro 5.

QUADRO 5 - DISCIPLINAS ESPECÍFICAS VOLTADAS PARA A TEMÁTICA INCLUSÃO POR INSTITUIÇÃO

INSTITUIÇÃO	CURSO	DURAÇÃO	DISCIPLINAS COM RELAÇÃO AO TEMA	PERÍODO / SEMESTRE	CH
UFPE	Licenciatura em Educação Física	04 anos	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	5º	60h
			Educação Física Adaptada	6º	45h
UFRPE	Licenciatura em Educação Física	04 anos	Educação Física Adaptada	2º	30h
			Educação Física Inclusiva	5º	45h
			Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	6º	60h
UNIVASF	Licenciatura em Educação Física	04 anos	Língua Brasileira de Sinais	2º	60h
			Tópicos em Educação Inclusiva	4º	60h
			Educação Física adaptada	5º	60h
UPE	Licenciatura em Educação Física	04 anos	Educação Física Adaptada na Escola	3º	72h

Fonte: UNIVASF (2017), UFPE (2014), UFRPE (2010), UPE (2018).

Conforme se observa no quadro 5, todas as universidades investigadas ofertam a Disciplina de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, fundamental no meio acadêmico, sobretudo para formação em cursos de licenciaturas. É imprescindível que os professores em formação tenham aproximação e contato com essa temática, pois serão eles os principais mediadores e fornecedores das condições mínimas para a interação e a compreensão dos alunos da melhor forma possível, garantindo, assim, o aproveitamento escolar e tornando o processo de ensino inclusivo e a aprendizagem mais eficientes.

As disciplinas de Libras, presentes em todas as instituições de ensino investigadas, apresentam o processo histórico ou introdutório da Língua Brasileira de Sinais, relacionando-o a pontos da legislação e da estrutura da linguagem que tratam do contexto da comunicação. No entanto, apenas uma das universidades está mais especificamente preocupada com o método e processo de ensino e aprendizagem para futuras atividades de ensino.

Outra disciplina de destaque é no quadro 5 é Educação Física Adaptada, recorrente em todos os cursos de licenciatura em Educação Física. No quadro 6, seguem os nomes das disciplinas relacionadas à inclusão e suas ementas.

QUADRO 6 - EMENTAS DAS DISCIPLINAS VOLTADAS ESPECIFICAMENTE PARA A TEMÁTICA INCLUSÃO

INSTITUIÇÃO	DISCIPLINAS ESPECÍFICAS	EMENTAS
UFPE	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	Introdução à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a modalidade diferenciada para a comunicação (gestual-visual). Apresentação e desenvolvimento da língua brasileira de sinais – Libras, como língua legítima da comunidade surda e os sinais como alternativa natural para a expressão linguística. A língua portuguesa como uma segunda língua para o desenvolvimento da leitura e escrita pelo aprendiz surdo.
	Educação Física Adaptada	A Educação Física e o esporte adaptado no contexto da escola. As deficiências e suas características para a elaboração e aplicação de Programas de Educação Física.
UFRPE	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	Estudos relativos à proposta de educação inclusiva sob o foco do educando surdo em seu processo histórico, perpassando pelas filosofias educacionais para esse público e metodologias de ensino. A legislação vigente e processos de acessibilidade. A importância da Libras na escolarização do aluno surdo, seus aspectos linguísticos e morfosintáticos. O papel do profissional intérprete em sala de aula inclusiva e a avaliação escolar.
	Educação Física Inclusiva	Histórico da educação especial, legislação e políticas públicas e não públicas em educação especial: a integração da pessoa com deficiência na sociedade, na escola e no trabalho. Análise dos aspectos teóricos e metodológicos da temática do ensino inclusivo, processos de implementação da proposta de inclusão escolar, sua no cotidiano da sala de aula, à docência, os alunos e a perspectiva culturalista no contexto da temática em questão.
	Educação Física Adaptada	Disciplina teórico-prática que objetiva o estudo das diversas categorias de deficiência e suas especificidades tendo em vista as ações pedagógicas na Educação Física. A pessoa com deficiência incluída nos diferentes contextos e um planejamento em Educação Física que proporcione a inclusão da pessoa com deficiência na práxis pedagógica.
UNIVASF	Língua Brasileira de Sinais	As políticas de inclusão e exclusão sociais e educacionais. Filosofias educacionais na educação de surdos. Aspectos históricos e culturais, linguísticos, educacionais e sociais da surdez. Vocabulário em língua de sinais brasileira. A mediação do conhecimento através do intérprete de língua de sinais. O papel do intérprete de língua de sinais na sala de aula. A definição do que representa o intérprete-pedagógico na educação de surdos. O processo de ensino-aprendizagem da pessoa com surdez.
	Tópicos em Educação Inclusiva	Conceitos e pressupostos filosóficos da Educação Inclusiva. Considerações históricas e sociais da prática da inclusão. Direitos Humanos. Educação Física Inclusiva. Educação Física Adaptada. Ensino e aprendizagem para pessoas com deficiência sensorial, motora e/ou cognitiva.
	Educação Física adaptada	Estudos históricos e atuais referente a métodos de caracterização, identificação e intervenção no contexto de pessoas com deficiência em diferentes fases do desenvolvimento motor. Identificação e aplicação de recursos materiais, humanos e pedagógicos voltados à ergonomia e processos inclusivos para pessoas com deficiência. Abordagem dos processos de ensino e aprendizagem voltados ao ambiente escolar, terapêutico, recreativo e esportivo para pessoas com deficiência.

UPE	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	As políticas de inclusão e exclusão sociais e educacionais. Filosofias educacionais na educação de surdos. Aspectos históricos e culturais, linguísticos, educacionais e sociais da surdez. Vocabulário em língua de sinais brasileira. A mediação do conhecimento através do intérprete de língua de sinais. O papel do intérprete de língua de sinais na sala de aula. A definição do que representa o intérprete pedagógico na educação de surdos. O processo de ensino aprendizagem da pessoa com surdez.
-----	--------------------------------------	---

Fonte: UNIVASF (2017), UFPE (2014), UFRPE (2010), UPE (2018).

As disciplinas apresentam semelhanças e diferenças, mas visam ao mesmo objetivo: a inclusão das pessoas com deficiência nos contextos sociais, históricos e legais. Elas possibilitam o conhecimento dos professores sobre práticas inclusivas, viabilizando o primeiro contato com a temática. É relevante que esses conhecimentos sejam ofertados antes da prática, no primeiro estágio obrigatório, para que os estudantes, enquanto professores em formação, possam ter uma direção, referente a organização e ação das práticas escolares, no ambiente escolar. Vale ressaltar que a organização geral das disciplinas apontadas na grade curricular do curso implica, diretamente, na inclusão dessas pessoas na escola.

### 3.1 FORMAÇÃO E CURRÍCULO

A partir dos dados levantados e abordados anteriormente, inclusive no comparativo de disciplinas e instituições, destaca-se, neste momento, uma análise minuciosa a partir dos descritores e suas unidades de base, elencados no quadro 3. A formação de professores, por sua vez, é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão, sobretudo para a Educação Física, marcada em seu contexto histórico por práticas excludentes.

É importante que o futuro professor conheça os meios para favorecer práticas de inclusão em sua atuação docente, sendo imprescindível, na etapa de formação, a compreensão desses aspectos. Na visão de Figueiredo (2010), a Educação Inclusiva convive com inúmeras dificuldades, dentre elas, o posicionamento de certos educadores que desconhecem os princípios norteadores da inclusão, declarando incapacidade e/ou despreparo para o trabalho com alunos que apresentem algum tipo de deficiência. De acordo com a autora, atualmente é consenso no discurso de alguns professores:

[...] o reconhecimento das diferenças entre os alunos, porém, a dificuldade é tratar pedagogicamente essas diferenças, buscando sentido no que for capaz de contribuir para que as pessoas se reconheçam como suporte nas características que proporcionam distinção e que delas fazem sujeitos singulares. (FIGUEIREDO, 2010, p. 13)

A educação inclusiva é pauta obrigatória no contexto educacional, principalmente quando se pretende ter uma equipe escolar que adeque suas ações às necessidades, singulares, dos diferentes

estudantes e da sociedade atual. Levando isso em consideração, espera-se atualização, adequação e reflexões acerca da formação de professores, visto que serão eles os principais mediadores de conhecimento e responsáveis pela interação entre os demais estudantes

O momento da formação inicial é, pois, a oportunidade desses futuros docentes ampliarem seus conhecimentos, de aprenderem como mediar o acesso de conteúdo, valorizarem as diferenças e individualidades. É o momento de sanarem suas dúvidas, e compreenderem que sua ação pedagógica fará parte de construções e transformações significativas.

Uma formação inicial de qualidade e adequada prepara esses profissionais para a complexidade e desafios que se colocam na construção de uma educação inclusiva para atender às demandas existentes. Por isso, para criar a oportunidade de aprendizagem igualitária em sala de aula, é necessário avaliar a formação de professores, ou seja, a organização curricular dos cursos de licenciatura de modo que possibilitem a formação desses profissionais para a educação especial na perspectiva da inclusão.

Frank *et al* (2013) de Frank *apud* TARDIF, (2002) mencionam que a arte de “professorar” não é uma atividade burocrática para a qual simplesmente se adquire conhecimentos e habilidades técnico-mecânicas. Acima de tudo, existe a necessidade de que o professor se atualize permanentemente. Sendo assim, deve-se refletir sobre o fato de que, diante a vastidão de conhecimentos, a graduação é o passo inicial para capacitação desses profissionais.

Os resultados da análise dos PPCs e das disciplinas e suas ementas confirmam, pois, a importância do processo formativo para que o professor se sinta confiante ao trabalhar com o estudante com deficiência nas suas aulas de Educação Física. Além disso, corroboram o estudo de Reina *et al.* (2016), cujos resultados ressaltaram valores sobre a percepção de autoeficácia significativamente mais elevados em professores que participaram de programas de formação com a temática da atividade e Educação Física Adaptada e/ou Inclusiva, assim como, em professores que obtiveram experiências profissionais e contato prévio com estudantes com deficiência. A análise torna-se, portanto, suporte para as ações necessárias para uma educação inclusão potente, de modo que essas pessoas sejam contempladas com todas as possibilidades que possam lhes garantir um desenvolvimento pleno em relação ao processo de ensino-aprendizagem.

Segundo Fernandes *et al.* (2019), a formação inicial de professores de Educação Física deve oferecer oportunidades para que vivenciem experiências prévias essenciais para a construção, fortalecimento e autoconfiança nas competências profissionais para o processo inclusivo na aula de Educação Física escolar.

Na análise realizada, observou-se que a carga horária destinada às disciplinas voltadas a educação especial para a perspectiva inclusiva, em algumas universidades, é inferior, se comparadas



com as demais. Na tentativa de contemplar o estudante com uma maior possibilidade de conhecimento e entendimento das particularidades que envolvem o trabalho do professor junto à pessoa com deficiências poderia se propor um quantitativo de carga horária em que os universitários tenham o máximo de tempo para examinar dos conteúdos.

Sendo assim, fica evidente que a carga horária prevista nas disciplinas curriculares voltadas à temática estudada é insuficiente para tratar de um conhecimento específico, devido à demanda de conteúdo que comporta. Muitas vezes, em decorrência da carga horária, tais disciplinas não possibilitam ao professor universitário e aos estudantes do curso debaterem sobre as dificuldades e as dinâmicas que ocorrem em turmas inclusivas.

### 3.2 RELEVÂNCIA DOS PPCS E PLANEJAMENTO

De maneira geral, o PPC do curso de Educação física possui como objetivo formar profissionais críticos, éticos, capazes de conhecer as habilidades, competências e de intervirem no meio em que estão inseridos, com o intuito de contribuir para a sociedade. Sendo assim, é importante que sejam realizadas constantes análises dos PPCs das universidades para verificar a necessidade de novas medidas, atualização de carga horária, disciplinas, ementas e conteúdo.

Cabe ao curso de formação docente rever e organizar os currículos, no intuito de oferecer um melhor desempenho e, conseqüentemente, capacitar o discente em formação. Os conteúdos curriculares dos cursos superiores de Licenciatura em Educação Física devem ser elaborados de modo que haja uma flexibilização e aprimoramento, visto que o currículo é uma ferramenta primordial para a organização didática no processo de ensino e aprendizagem do indivíduo.

Na perspectiva de que a organização dos conteúdos é algo muito relevante na futura atuação profissional, o planejamento pedagógico e a aplicação de estratégias com mais segurança e propriedade são extremamente necessárias na preparação da formação discente e demais atividades. Nesse sentido, o planejamento do currículo deve ser pensando no contexto da prática cotidiana escolar.

O presente estudo teve como intuito contribuir para as discussões acerca da formação inicial de professores de Educação Física escolar, direcionando olhares para a perspectiva inclusiva na organização dos currículos das universidades. O estudo permitiu verificar de que forma a perspectiva da inclusão está inserida no currículo do curso de licenciatura em Educação Física das instituições públicas de Pernambuco selecionadas.

Discutir o papel do currículo na formação dos professores é importante para que essa formação seja bem estruturada e bem articulada, conforme as demandas da sociedade. O documento deve propor a relação entre teórica e prática, buscando para a sociedade a valorização por uma educação igualitária.

Nesse sentido, é importante pensar no currículo no contexto da inclusão escolar da pessoa com deficiência, de forma que essa perspectiva possa influenciar na vida dos discentes.

Os documentos aqui trazidos para a realização da pesquisa consistem em um conjunto de definições sobre normas, princípios e procedimentos que possuem a finalidade de nortear as instituições acerca de suas organizações e desenvolvimento de suas propostas pedagógicas. Nessa perspectiva, espera-se um currículo bem fundamentado para o contexto educacional inclusivo, haja vista que o processo de formação do professor influencia diretamente no processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com os dados obtidos no estudo, observamos um quadro escasso a respeito da presença de disciplinas sobre inclusão escolar nos cursos de graduação, mais precisamente nos cursos de licenciatura em Educação Física das universidades públicas de Pernambuco. Isso mostra que a formação acerca da educação especial na perspectiva da inclusão na formação inicial de professores desses cursos ainda é escassa, pois o professor, quando se defronta com uma situação de inclusão sente-se inseguro. Embora existam leis que fundamentam a busca por formações específicas para estes profissionais, ainda não se sentem preparados para suprir todas as necessidades dos seus alunos, o que acaba por reforçar a exclusão.

Diante dessas constatações, espera-se que haja reflexões acerca dos currículos pensados por parte das instituições para que os professores saiam da formação inicial com conhecimento mais abrangente sobre a temática e em condições suficientes de realizarem seu trabalho da melhor forma possível.

É importante também que sejam oferecidas disciplinas optativas, como forma de conceder conhecimentos mais abrangentes, indo além das disciplinas propostas nos cursos aqui estudados. O objetivo deve ser atender às necessidades dos discentes e complementar e aprofundar conhecimentos na área.

As ações de formação contínua na perspectiva inclusiva são um importante caminho na preparação do professor para o atendimento à diversa demanda escolar em contexto inclusivo. Elas devem subsidiar o desenvolvimento de níveis elevados sobre a percepção da competência e sobre a qualidade da experiência vivenciada. Dessa forma, o professor se sentirá mais confiante e capacitado para o desenvolvimento de ações equitativas, tornando o processo inclusivo mais efetivo.

Com efeito, é necessário que a formação continuada contemple temáticas contextualizadas com a realidade escolar e que abarquem as estratégias de ensino para uma Educação Física mais inclusiva. Acredita-se que este estudo contribuiu nessa direção, ao alertar para a importância de constante

atualização do currículo de formação dos professores e apontar novos horizontes para a construção de caminhos mais humanizados na educação.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Edição Revista e Atualizada. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977, 225 p.

BAPTISTA, Geilsa Costa Santos; SANTOS Laryssa Carneiro. Monitoria como espaço de formação docente inicial em biologia sensível à diversidade cultural. Revista Brasileira de Pesquisa Sobre Formação de Professores, v. 11, n. 22, Belo Horizonte, 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] União, ano CXXXIV, n. 248, p. 27.833-27.841, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA (CONEB), 1., 2008, Brasília, DF. Documento Final. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em: 8 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 0058/2004. Diretrizes curriculares do curso de Educação Física, de 18 de Fevereiro de 2004. Diário Oficial [da] União. Brasília, DF, 2004. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces058\\_04.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces058_04.pdf). Acesso em: 22 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 09 de Janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial [da] União. Brasília, DF, 2001a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 mar. 2021.

COSMO, Jolimar. A formação do professor de Educação Física na perspectiva da inclusão: um estudo em anais do Conbrace/Conice. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 36, 2014.

COSTA, Vanderlei Balbino da. Inclusão escolar na educação física: reflexões acerca da formação docente. Motriz: Revista de Educação Física, v. 16, n. 4, p. 889-899, 2010.

DUEK, Viviane Preichardt. Trajetória profissional de uma professora de educação física na escola inclusiva. Conexões, v. 11, n. 4, p. 179-194, 2013.

FERNANDES, M. M. et al. Autoeficácia docente de futuros professores de educação física em contextos de inclusão no ensino básico. Revista Brasileira de Educação Especial, v.25, n.2, p.219-232, 2019.

FIORINI, Maria Luiza Salzani; MANZINI, Eduardo José. Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificando dificuldades, ações e conteúdo para prover a formação do professor. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 20, n. 3, p. 387-404, 2014.

FONSECA, Michele Pereira de Souza da; SILVA, Ana Patrícia da. Pesquisando a temática inclusão na formação inicial de professores de Educação Física. *Revista Digital-Buenos Aires*, v. 14, n. 141-2010, 2010.

FRANK, R.; ALMEIDA, L. F. G. BORELLA, D. R. Significação do conceito de inclusão escolar para professores de educação física. *Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP*, Campinas, v. 11, n. 3, p. 86-113, jul./set. 2013.

FELICETTI, Suelen Aparecida; BATISTA, Irinea de Lourdes. A formação de professores para a educação inclusiva de alunos com deficiências a partir da literatura. *Revista Brasileira de Pesquisa Sobre Formação de Professores*, Belo Horizonte, v. 12, n. 24, 2020. Disponível em: <http://www.revformacaodocente.com.br/>

GOELLNER, Silvana Vilodre. “As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte”: esporte, eugenia e nacionalismo no Brasil no início do século XX. *Recorde: revista de história do esporte*. Rio de Janeiro. Vol. 1, n. 1 (jun. 2008), p. 1-28, 2008. <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/790>

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5º, ed.: Atlas, São Paulo, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAS GERAIS. Secretaria de estado de educação. Conteúdo Básico Comum Ensino Fundamental e Médio – Educação Física. Educação Básica, (2008).

OMOTE, Sadao. A formação do professor de educação especial na perspectiva da inclusão. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. (Org.). *Formação de educadores: desafios e perspectivas*. São Paulo: UNESP, 2003.

UNICEF (Brasil). Declaração mundial sobre educação para todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. In: CONFERÊNCIA DE JOMTIEN. Tailândia, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracaomundial-sobre-educacao-para-todos/conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 23 mar. 2021.

PIOVESAN, Josiane Bertoldo et. al. A formação do professor na sala de aula: atitude frente à pessoa com deficiência. *Revista Educação, Artes e Inclusão*, v. 15, n. 4, 2019, p. 230-250

REINA, R. et al. Autoeficacia de profesores de educación física para la inclusión de alumnos con discapacidad y su relación con la formación y el contacto previo. *Psychology, Society, & Education*, v.8, n.2, p. 93-103, 2016. Acesso em: 12 set. 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/143458220.pdf>

ROCHA, Leonor Paniago et al. A formação de professores para a inclusão escolar dos alunos com deficiência. *Conjecturas*, v. 22, n. 3, p. 195-212, 2022. Disponível em: <http://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/700/547>

RONDINI, Carina Alexandra. Caminhos e descaminhos na formação docente para o trabalho com os estudantes com altas habilidades/ superdotação. Revista Brasileira de Pesquisa Sobre Formação de Professores, Belo Horizonte, v. 11, n. 22, 2019. Disponível em: <http://www.revformacaodocente.com.br/>

SOUZA JÚNIOR, M. B. M. de. et. al. A análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados numa pesquisa qualitativa em Educação Física Escolar. R. Movimento, porto Alegre, v.16, n. 03, p. 31-49, julho/setembro de 2010. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/movimento/article/view/11546>